

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2011 DO CONSELHO SUPERIOR

Ata da segunda reunião extraordinária do ano de dois mil e onze do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins. Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às nove horas, na sala de reuniões localizada no prédio da Reitoria, situado à Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Palmas, Estado do Tocantins, CEP: 77 015-200, reúnem-se, em reunião extraordinária, sob a presidência *Ad Hoc* do Magnífico Reitor em Exercício, Octaviano Sidnei Furtado, o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins, composto pelo Reitor, como presidente; pela representação de um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço do número de *Campi*, destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; representação de um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de suplentes, por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes; por dois representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; representação de um terço dos Diretores-Gerais de *Campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a presença dos representantes dos diretores dos *Campi*, Décio Dias dos Reis, 2º titular, Miguel Camargo da Silva, 1º suplente; dos servidores docentes, Danilo Gomes Martins, 2º titular, Fábio Silveira Vidal, 1º suplente; dos representantes dos egressos, Timóteo de Sousa Lemes, 1º titular, Wellington Dias da Silva, 1º suplente; dos representantes dos servidores técnico-administrativos, Cícero Salatiel Pereira Lopes, 1º titular, Francisco das Chagas Chaves da Rocha, 2º titular; dos representantes discentes, Clédson de Souza Magalhães; Miriam Rodrigues do Rosário Santos (representante FECOMERCIO) e Getulio de Sousa Araujo (representante SINTRAS). O presidente confere o quórum e declara aberta a reunião, logo após ler as justificativas de ausências do Representante do Ministério da Educação, Paulo César Pereira; do Representante dos Servidores Docentes, Orlando Dias Carneiro, 1º titular, do Representante dos discentes, Lírria Vieira Barros, 2º titular e do Representante da Secretaria Estadual de Ciência e




34 Tecnologia, Maria da Penha Barbosa. Em continuidade deu-se a leitura da ata sendo
35 aprovada por unanimidade. Após os informes gerais o conselheiro Francisco das Chagas
36 sugere o envio prévio de todos os documentos apresentados em futuras reuniões. Assim
37 passando para o primeiro assunto da pauta com a apresentação das Instruções
38 Normativas emitidas de maio de 2010 a junho de 2011 a serem convalidadas. Inicialmente
39 cada Instrução Normativa é apresentada informando seu assunto com a leitura do caput e
40 com uma breve justificativa, posteriormente levanta-se a proposta da convalidação pelos
41 conselheiros. O representante dos servidores docentes, Fábio Vidal, questiona se não
42 haverá a leitura completa de cada documento. Salatiel pede a palavra e esclarece que os
43 documentos já passaram e foram aprovados pelo Conselho Superior sendo agora um
44 processo somente de convalidação. Octaviano profere sobre o processo de formulação
45 das Instruções, sendo criadas diante necessidades de regulamentações imediatas
46 enquanto não existia um documento que regesse tais atividades. Fábio volta a questionar,
47 justificando que o documento já não é o mesmo, pois passaram por processo de
48 correção. Diante a situação Miguel sugere que apresente somente as mudanças
49 relevantes por motivo de praticidade. Danilo reforça a questão do tempo propondo serem
50 mais pontuais nas discussões. Octaviano concorda com o posicionamento anterior e
51 relembra que os documentos foram enviados aos conselheiros previamente a reunião,
52 ainda ressalta que o número de encontros do conselho é escasso para a quantidade de
53 documentos a serem aprovados devido à instituição estar num processo de formação.
54 Fábio por sua vez sugere e enfatiza que todos conselheiros façam essa leitura dos
55 documentos antes da reunião. Getulio explica que é muito desgastante ficar relendo o
56 mesmo documento. Assim retorna-se a apresentação das Instruções Normativas. Após a
57 leitura da IN 02/2011 sobre Procedimentos para execução e fiscalização de obras e
58 serviços de engenharia, Salatiel, Danilo e Octaviano decorrem sobre os benefícios e
59 importância dessa atividade. Miguel sugere formar um calendário de capacitação do
60 trâmite processual de elaboração de serviços de engenharia contratados pelo IFTO,
61 Octaviano esclarece que está em processo a uniformização dessa atividade. A partir da
62 leitura da IN 05/2011, o conselheiro Wellington questiona o Art. 2º. Danilo decorre sobre a
63 funcionalidade desse artigo, sendo qualquer servidor tanto docente quanto técnico
64 administrativo capacitado no setor de construção e edificações estará sujeito a ser
65 nomeado a fiscalização de obras, este no caso que não ultrapassar sua carga horária de
66 serviço, assim não havendo desvio de função. Apesar do esclarecimento, Wellington pede
67 vistas sobre o artigo questionado. Com exceção da Instrução Normativa 05/2011, as
68 demais foram convalidadas por unanimidade. O próximo ponto em pauta é a aprovação
69 da Instrução Normativa que estabelece os procedimentos de emissão de certificados e



70 diplomas dos concluintes do IFTO, esta apresentada pelo Diretor de Ensino Básico e
71 Técnico, o professor Rodrigo Teixeira. Quando apresenta-se a obrigatoriedade do aluno
72 ser maior de 18 anos ou emancipado para solicitar a emissão de seu diploma ou
73 certificado, Octaviano faz observações, até sobre particularidade de alguns *campi*
74 sugerindo então que esta obrigatoriedade seja somente para a retirada do documento.
75 Rodrigo atenta-se a conscientização deste aluno requisitante, pois este será o
76 responsável desta solicitação e conseqüentemente será também o responsável pela
77 retirada. Havendo somente o respaldo legal numa situação onde o menor de idade terá
78 que apresentar procuração devidamente autenticada em cartório para a execução dessa
79 prática, esta preocupação tendo em vista não abrir um futuro direito sem nenhuma base
80 legal. Octaviano volta a sugerir a possibilidade do aluno de menor requerer o documento,
81 mas que a retirada do mesmo seja feita por seu responsável legal, esta que foi aceita por
82 unanimidade. Na apresentação dos modelos de certificados e diplomas, diante as
83 propostas foram aprovadas: a permanência do perfil do profissional do verso; que no
84 certificado do Proeja exclui a parte de competências e habilidade e que na modalidade
85 Ensino Médio Integrado ao Técnico, será emitido um diploma atestando como técnico.
86 Após a pausa para o almoço o primeiro ponto a ser apresentado foi a aprovação dos
87 Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Computação e Técnico em Logística
88 conduzidos pelas professoras Kenya e Gislane. A apresentação decorreu somente com
89 as alterações de adequação a grade curricular dos cursos para melhor formação dos
90 profissionais. Sem nenhuma objeção os dois projetos foram aprovados por unanimidade.
91 O próximo assunto abordado foi a implementação do curso superior em Engenharia Civil
92 no *campus* Palmas, este apresentado e defendido pelo Coordenador da Área de
93 Construção Civil do campus Palmas, o professor Flávio Roldão. Após esplanar sobre a
94 área de atuação, situação no mercado, resultado de pesquisas de campo da
95 implementação, grade curricular do curso, corpo docente capacitado e estrutura para a
96 execução das atividades abre-se espaço para dúvidas dos conselheiros. Miguel indaga
97 sobre o investimento que será feito no campus Palmas, se há ou não laboratórios
98 suficientes para o curso. Roldão diz que tem a meta de ampliação, mas a estrutura já
99 existente é capaz de atender a demanda, sendo até procurada por outra instituição de
100 ensino. Octaviano reforça que até alguns profissionais que estão em outra instituição
101 federal de ensino já participaram do quadro de docentes do IFTO e que admite que a
102 estrutura não é a melhor, mas por enquanto é adequada, assim visando uma melhoria
103 futuramente. Depois de comentários sobre a potencialidade do curso feita por alguns
104 conselheiros a implementação é aprovada por unanimidade. Em sequência a professora
105 Liliane Félix, Pró-reitora de Extensão apresenta o Regulamento de Assistência Estudantil.



106 Tal regulamento sofreu alterações no parágrafo 6º sobre o Auxílio Alimentação retirando a
107 obrigatoriedade da pernoite; a supressão do art. 4º do Auxílio Uniforme e a troca de um
108 dos títulos para Bolsa Estudante Colaborador. Sendo assim o regulamento aprovado por
109 unanimidade. Finalizando com o último ponto em pauta, o Regimento da Comissão
110 Própria de Avaliação é apresentado pelo seu presidente, professor Odélio Joaquim da
111 Costa. Diante o documento levantou a preocupação referente ao Art. 19 que trata sobre a
112 carga horária de ensino pelos conselheiros Octaviano e Danilo. Odélio esclarece que foi a
113 estratégia adotada visto exemplos de outros Institutos Federais. Fábio Vidal sugere então
114 que apresente no documento esta estipulação de carga horária, ponto de vista também
115 defendido por Danilo. Após uma discussão na alteração no texto, Odélio propõe que o
116 documento retorne a comissão e que seja apresentada na próxima reunião do Colégio de
117 Dirigentes. Com a exceção do Art. 19 os demais foram aprovados pelo conselho. E não
118 havendo mais nada a se tratar, encerra-se a reunião. Eu, secretária do Conselho Superior
119 *Ad Hoc*, Andressa Lunna de Jesus, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada,
120 vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros do Conselho Superior.

Octaviano Sidnei Furtado
Presidente *Ad Hoc* do Conselho Superior


Danilo Gomes Martins
Representante dos docentes – 2º titular

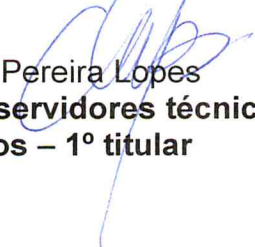

Fábio Silveira Vidal
Representante dos docentes – 1º suplente


Décio Dias dos Reis
Representante dos diretores de campi – 2º titular

Miguel Camargo da Silva
Representante dos diretores de campi – 1º suplente

Timóteo de Sousa Lemes
Representante dos egressos – 1º titular

Wellington Dias da Silva
Representante dos egressos – 1º suplente

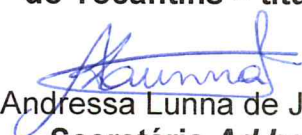

Cícero Salatiel Pereira Lopes
**Representante dos servidores técnico-
administrativos – 1º titular**

Francisco das Chagas Chaves da Rocha
**Representante dos servidores técnico-
administrativos – 2º titular**

Clédson de Souza Magalhães
Representante discente – 1º titular

Miriam Rodrigues do Rosário Santos
**Representante da Federação do Comércio
de Bens, de Serviços e Turismo do Estado
do Tocantins – titular**

Getulio de Sousa Araujo
**Representante da Federação dos
Trabalhadores em Saúde no Estado do
Tocantins - suplente**


Andressa Lunna de Jesus
Secretária Ad hoc